

Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo

From Global development to local development: news perspectives of development in tourism

Thiliane Meguis

Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, Brasil
E-mail: thilly20@hotmail.com

Kassia Farias

Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, Brasil
E-mail: kassiasuelen18@gmail.com

Pablo Viana

Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, Brasil
E-mail: pablo.viana28@gmail.com

Juliana Hamoy

Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, Brasil
E-mail: julianahamoy@gmail.com

Artigo recebido em: 15-08-2014

Artigo aprovado em: 02-06-2015

RESUMO

Verifica-se que o debate em torno dos conceitos e modelos de desenvolvimento são cada vez mais frequentes atualmente já se percebe maior preocupação voltada principalmente para o bem estar social. Nesse sentido o Turismo de Base Comunitária (TBC) será destacado como um paradigma para o desenvolvimento do turismo sustentável, que objetiva a participação social, ressaltando a sua escala “de baixo para cima”, onde a população local é o ator fundamental desse processo. Para maior compreensão deste assunto consideram-se as seguintes questões: o que é desenvolvimento afinal? Como alcança-lo? Para quê? Este trabalho buscará discutir sobre a importância das ações descentralizadoras de participação e democracia para o desenvolvimento do turismo. Acredita-se, que quando as pessoas criam o hábito de se relacionar por diversas razões sociais ela é capaz de promover um bem estar econômico, social e ambiental para os seus envolvidos, que vão além do mero crescimento econômico. Para isso, os assuntos abordados neste trabalho perpassam pela compreensão de desenvolvimento e crescimento econômico, tido por diversos pesquisadores como antônimos, até o entendimento do desenvolvimento local/endógeno. Após está análise teórica, verificar-se-á as suas relações com o desenvolvimento do turismo, em especial o turismo de base comunitária (TBC), bem como, a importância da formulação e implementação de políticas públicas que estejam de acordo com a realidade local. Utiliza-se como método a pesquisa qualitativa, de caráter descritivo para a compressão crítica dos textos, referente aos conceitos destacados.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Participação. Turismo de base comunitária.

ABSTRACT

It appears that the debate around the concepts and development models are increasingly common today already realize greater concern mainly focused on social welfare. In that sense the Community Based Tourism (TBC) will be highlighted as a paradigm for the development of sustainable tourism that focuses on social participation, emphasizing its scale "bottom-up", where the local population is the key player in this process. For better understanding of this subject are considered the following questions: What is development after all ? How to reach it? For what? This study will discuss the importance of decentralizing actions of participation and democracy to the development of tourism. It is believed that when people create the habit of relating to various social reasons she is able to promote economic well-being, social and environmental for its for their involved , which go beyond mere economic growth. For this, the matters discussed in this paper pervade the understanding of development and economic growth, considered by many researchers as antonyms, to the understanding of local/endogenous development. Following is theoretical analysis, we will be checking their relationship with the development of tourism, particularly community-based tourism (TBC), as well as the importance of formulating and implementing public policies that comply with local realities. It is used as a method qualitative, descriptive character for critical compression of the texts referring to outstanding concepts.

Keywords: Development. Participation. Community based tourism.

1. INTRODUÇÃO

Contribuições teóricas acerca de crescimento e desenvolvimento estão sendo amplamente discutidas. Percebe-se que desenvolver economicamente um país não significa somente a mera multiplicação de riquezas materiais, mas, sobretudo a possibilidade de obter o desenvolvimento humano, social e ambiental. Diante disso, diferentes atividades econômicas estão sendo planejadas de forma que se alcance o bem estar social, dentre elas o turismo.

Para o desenvolvimento do turismo, muitos autores ressaltam a necessidade de considerar vários aspectos, como por exemplo, a participação social na elaboração e implementação das políticas públicas – no planejamento-; a sustentabilidade e os atores envolvidos (sociedade civil, privada e poder público) e por se tratar de uma atividade complexa também exigem diagnósticos criteriosos que subsidiem seu desenvolvimento.

Sabe-se que o aumento dos estudos sobre o turismo no mundo são respostas aos efeitos indesejados que a atividade vem causando, especialmente em âmbito local, o que tem contribuído de sobremaneira para a elaboração de planejamentos adequados para cada local/região e o maior acompanhamento das ações públicas e privadas. Muitos pesquisadores do turismo e de outras áreas vêm alertando que a falta da participação social é capaz de gerar transtornos irreversíveis para a comunidade que, direta ou indiretamente, está envolvida. Deste modo, o comprometimento entre os envolvidos (poder público, privado e sociedade civil) é sem dúvida um fator indispensável para o alcance do desenvolvimento do turismo e implica na capacidade de governança,

Figueiredo et al (2013, p. 14) evidencia que desde as primeiras políticas públicas brasileiras de turismo os objetivos tem se direcionado, sobretudo para os efeitos positivos no desenvolvimento econômico do setor, como a geração de emprego e renda. A atividade tem sido vista por muitos anos “como um negócio [...] e raramente se fala do turismo como uma política pública para proporcionar lazer ao habitante de um país”.

Ruschmann (2010, p. 29) ressalta que “independente do seu grau de desenvolvimento, a população tem o direito de favorecer-se de todos os seus benefícios”, mas, no entanto o que se observa é que muitas comunidades, por vezes, ficam a margem desse desenvolvimento, pois em muitos casos são completamente abandonados pelas políticas públicas e pelas empresas privadas que desenvolvem a atividade, sem, contudo estabelecer uma relação de parceria com a comunidade. Por isso é imprescindível a participação social para um desenvolvimento sustentável do turismo (e em outras atividades econômicas), que estimule a distribuição de renda de forma organizada.

A associação dos indivíduos em prol de um único objetivo é resultado do capital social acumulado que possibilite a construção de mudanças em favor da maioria. Segundo Putnam (1996), as práticas sociais tornam-se uma importante ferramenta neste processo, pois possibilitam cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária.

Apesar dos impactos negativos que o turismo pode proporcionar, há quem diga que ele contribui “para reforçar a identidade própria da comunidade receptora, que passa a se mobilizar no sentido de gerar produtos, com a finalidade de atrair e agradar os turistas” (Barretto, 2006, p. 15) e sobretudo, reforçar os sítios simbólicos de pertencimento¹. Um dos segmentos da atividade turística, o TBC, que retrata objetivamente a participação nas tomadas de decisões.

Considerando todos os fatores mencionados, o objetivo central do trabalho é ampliar as discussões sobre a relação existente entre as políticas de turismo e desenvolvimento global e local. Propôs compreender as novas possibilidades de desenvolver a atividade turística sem, contudo impactar negativamente nas comunidades em âmbito local. Para o alcance de tais objetivos utilizou-se como método a pesquisa qualitativa, a partir da compressão de textos, referente aos conceitos de desenvolvimento, turismo, planejamento, capital social e políticas públicas.

Justifica-se este estudo pela relevância teórica e pela possível contribuição para o aprofundamento sobre as novas possibilidades de planejar e desenvolver a atividade de forma justa, participativa e sustentável. A discussão teórica do presente estudo perpassa pelos conceitos de desenvolvimento global e local; turismo de base comunitária que é vista como um exemplo de desenvolvimento local/endógeno e por fim contextualiza as políticas públicas, ressaltando a necessidade de maior intervenção dos atores locais no processo de planejamento e implementação das políticas públicas de turismo.

2. METODOLOGIA

Para o melhor direcionamento da análise a metodologia se baseou em uma pesquisa qualitativa, assim como Minayo (2012, p. 21) afirma “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e que objetiva identificar as variáveis que serão explicadas pelos resultados e dados mediante

¹A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento tem como seu principal autor Hassam Zaoual (2003, 2006a, 2006b) e refere-se a uma crítica feita ao modelo de desenvolvimento imposto pelos países desenvolvidos.

pesquisa bibliográfica tendo como caráter descritivo, para a compreensão crítica dos textos referentes aos conceitos destacados.

De acordo com Tremblay (1968, citado em Cellard, 2008, p. 295) “[...] pode-se operar um recorte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc. [...]”, dessa maneira a análise bibliográfica é essencial para entender as teorias formuladas por diversos autores e fazer uma comparação que divirja ou corrobore com as formulações teóricas dos mesmos.

Após o aprofundamento das problemáticas da pesquisa, o levantamento bibliográfico que compõe o objeto de estudo foi formulado, e nesse momento que se buscou obter a capacidade “[...] de montar uma estrutura que serve de base para a nossa interpretação, como descrever o material a partir da perspectiva dos atores, das informações e das ações coletadas” (Gomes, 2012, p. 100).

A partir dos dados levantados, a pesquisa descritiva permitiu realizar uma análise dos dados apurados, como também identificar os fatores que determinam para ocorrência dos fenômenos, além de, explicar as categorias de análises como, por exemplo, desenvolvimento, participação e TBC, bem como as suas características de forma mais direta, permitindo assim, o entendimento sobre a problemática, a metodologia é importante no direcionamento da coleta de dados.

Ressalta-se que em todos os momentos da análise foram intensificadas a busca por métodos práticos que facilitem a compreensão sobre o assunto a ser abordado, bem como estratégias que melhorem o canal de comunicação entre as teorias envolvidas em tal análise.

3. DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL - REFLEXÕES TEÓRICAS

São diversas as contribuições teóricas sobre o desenvolvimento. Sachs (2008) explica que o desenvolvimento, diferentemente do que é popularmente conhecido, é distinto do crescimento econômico. O desenvolvimento ultrapassa os anseios da acumulação do capital, destacando a necessidade de alcançar também o bem estar social, enquanto que o crescimento enfatiza somente o progresso e inovação. Segundo Cruz (2009) tal entendimento surgiu principalmente no pós-segunda guerra mundial, momento em que foi criada a Organização das Nações Unidas [ONU] em 1945. A partir de então, novos entendimentos sobre o assunto

foram surgido até que os economicistas estruturalistas começavam a fazer distinção entre crescimento e desenvolvimento. O primeiro passou então a ser considerado numa perspectiva quantitativa, enquanto que o desenvolvimento “diria respeito à uma transformação qualitativa de uma estrutura econômica e social” (Oliveira, 2002 citado em Cruz, 2009, p. 99), sendo o Estado o responsável pelo planejamento e ordenamento desse processo.

Poder-se-ia afirmar a partir de então que o desenvolvimento econômico se define pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento da população, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos *per capita* (Frei et al, 2010, p. 14).

Para Sachs (2008) o desenvolvimento vai além da mera multiplicação das riquezas e traz consigo uma promessa de mudança estrutural, o que permite conceitua-lo sob o aspecto das três gerações de direito humano, como afirma o autor.

- Direitos políticos, civis e cívicos;
- Direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante, por motivos intrínsecos e instrumentais;
- Direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento

Para o autor, o desenvolvimento ao invés de objetivar tão somente a maximização do Produto Interno Bruto (PIB), tal qual o crescimento econômico, ele objetiva, sobretudo maximizar a igualdade, solidariedade e equidade, de tal modo que reduza as disparidades regionais. E, sobre isso, Furtado (2004, p. 484) pontua dizendo, enquanto que, o desenvolvimento econômico, “se caracteriza por seu projeto social subjacente” o crescimento econômico, por sua vez, privilegia as elites que se satisfazem com a modernização. O autor enfatiza, ainda, que para que haja o desenvolvimento econômico, deve haver o desenvolvimento social, assim como, repercutir no bom funcionamento político, na equilibrada utilização dos recursos naturais- desenvolvimento sustentável.

Observa-se, portanto, que o conceito de desenvolvimento vai além de questões estritamente econômicas de um lugar, passando a ser “encarado como um processo complexo de mudanças e transformações da ordem econômica, política e, principalmente humana e social” Oliveira, (2002 como citado em Cruz, 2009, p. 99). De qualquer maneira, o crescimento econômico, ainda tem sido considerado por muitos como o principal motivador do desenvolvimento.

Brandão (2007, p. 35) afirma que no caso de países desiguais e heterogêneos como o Brasil, a busca pelo desenvolvimento vem “ensejando um processo de agudização das marcas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador”, pois se tem adotado formas

mecânicas e discriminadas para cumprir as “exigências da globalização”, o que o autor chama de “novo imperialismo da partilha dos lugares eleitos”.

Negando completamente a natureza das hierarquias (impostas em vaiadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo esse “pensamento único” que invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade [...] (Brandão, 2007, p. 35)

Sabe-se que a economia global é fortemente desigual, o que vem produzindo novas discussões sobre o processo de desenvolvimento e conseqüentemente a formulação de políticas públicas que consigam equilibrar as necessidades sociais, ambientais e econômicas. Essas discussões vêm sendo constantemente adequadas aos objetivos políticos dos Estados. A proposta de desenvolver economicamente um país se tornou comum nas campanhas eleitorais, e o turismo tem sido apontado como uma atividade econômica capaz de promover isto.

O embate conceitual entre crescimento econômico e desenvolvimento, segundo Cruz (2009) levou ao surgimento de outro vetor – o desenvolvimento sustentável. Este veio a ser conhecido a partir do Relatório de Brundtand (1987), quando se discutia os limites do crescimento econômico e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Desenvolvimento sustentável seria então o desenvolvimento que, ao contrário das concepções tradicionais, pressupõe uma forma de viver e de agir, em que a finalidade da produção e do consumo é proporcionar o bem-estar da maioria da população, provocar um impacto menor no meio ambiente, através de novas formas de conhecimento sobre a relação homem/natureza. (Figueiredo, 1999, p. 39)

Como se observa, o desenvolvimento sustentável passou a designar um conceito mais amplo que, além de considerar a importância do aspecto social, cultural e político, como faz o desenvolvimento econômico, também considera as questões ambientais (sustentabilidade ambiental) como fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Para Sachs (2008) o desenvolvimento sustentável:

é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramenta do economista convencional. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais (Sachs, 2008, p. 15).

O desenvolvimento sustentável, como afirma Sachs (2008), busca reverter o subdesenvolvimento, apontando, para isso, soluções que vão à contramão das exigências convencionais do mercado. Para a transição do desenvolvimento sustentável, o autor afirma

que deve haver primeiramente o “gerenciamento de crises” (Sachs, 2008, p. 17) estimulando e incentivando os recursos internos e aprender “*a vivi com lo nuestro*”.

Para Santos (2000), as ideias utópicas do desenvolvimento sustentável são questionáveis pela escala global. É então que surge a ideia do desenvolvimento local ainda no fim do séc. XX. Carestiatto (2000, citado em Mattos & Irving 2005, p. 27) por sua vez enfatiza que o desenvolvimento local é:

Um modelo de desenvolvimento que permite a construção do poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos.

O conceito de desenvolvimento local está articulado às premissas gerais do desenvolvimento sustentável, pois ambos, “tem em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano e social” (Cruz, 2009, p. 100). Esses conceitos recentes permitem discutir novas práticas de produção econômica no espaço, para que assim seja estabelecido um desenvolvimento mais igualitário e responsável, no que concerne ao consumo dos recursos naturais e sociais pelo mercado em escala local. Para Perez e Carrillo (2000), o desenvolvimento local está articulado aos recursos endógenos, que implica na valorização da cultura, da natureza e no modo de vida.

Escobar (2005, p. 124) ressalta que a maioria das explicações de globalização e desenvolvimento está em conformidade ao que o filósofo Eduard Casey (1997 citado em Escobar, 2005) denominou “desempoderamento de lugar”, pois suas implicações refletem decisivamente nas relações de poder entre o global e o local, o qual, segundo Escobar, o global sempre predomina.

De acordo com Brandão (2007) a chamada “nova teoria do crescimento endógeno”, evidenciando o papel dos investimentos em pesquisas de desenvolvimento bem como em capital humano contrariando os processos de criação e apropriação de renda e riquezas tradicionais. “As recentes pesquisas sobre o desenvolvimento local têm ressaltado a necessidade do Estado para a criação de ambientes favoráveis que promovam o ‘equilíbrio subótimo’, resultante das ‘falhas do mercado’” (Brandão, 2007, p. 38), por meio, principalmente, de despesas públicas produtivas.

Para os críticos do desenvolvimento local, todo e qualquer sistema produtivo está enraizado ao sistema do capitalismo, ou seja, articulado direta ou indiretamente as unidades oligopólicas dominantes submetidas aos “gigantescos blocos de capital” (Brandão, 2007, p. 48) global que vão de encontro ao *region-específic*.

Essa “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solitária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa e lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia, etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado (Brandão, 2007, p. 38).

Contra esse posicionamento, Cruz (2009, p.101) afirma que esse novo conceito de desenvolvimento não necessariamente envolve o crescimento econômico, mas considera importante a melhoria na qualidade de vida, onde os envolvidos (comunidade local) são os “protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemonzados”.

No mais, verifica-se que o conceito de desenvolvimento endógeno estimulou crescentes debates que vão ao encontro das perspectivas globais e propõem um desenvolvimento engajado em compromissos solidários- associativos que consigam reafirmar a identidade do local.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

O turismo também se faz presente nesse crescente debate do desenvolvimento endógeno com o que se vem chamando de Turismo comunitário, no qual as próprias comunidades locais são as protagonistas no desenvolvimento dessa atividade. As primeiras discussões sobre turismo comunitário sucedem dos meados dos anos 80, quando fatores de ordem econômica, social, cultural e política tomam maior visibilidade no mercado turístico, tendo a comunidade o foco dos debates. Maldonado (2009) apresenta quatro fatores que impulsionaram o desenvolvimento desse tipo de turismo são eles: pressões mundiais do mercado turístico, necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades, o papel relevante que desempenham as pequenas e micro empresas no desenvolvimento econômico e na diversificação da oferta turística, as estratégias políticas do movimento indígena e rural.

Todos esses fatores contribuíram na construção de um turismo mais justo, tanto social e economicamente. Nota-se que esses elementos são oriundos de problemas enfrentados por comunidades rurais que na maioria das vezes eram vítimas do turismo convencional, dito turismo de massa. Portanto, Cunha, Mélo e Perinotto (2014, p.103) consideram o turismo de base comunitária ou turismo comunitário sendo.

[...] uma prática desenvolvida junto a comunidades tradicionais que concentram na sua forma organizacional a autogestão sustentada dos recursos existentes, estabelecendo pactos de cooperação mútua que proporcionam equidade do trabalho desempenhado, características ocasionadas em virtude da prestação dos serviços de natureza turística.

O TBC ou turismo comunitário é considerado como novo eixo do turismo, visto que, nessa nova modalidade as comunidades, assim como os visitantes desfrutam de trocas de saberes e experiências autênticas, promovidas pelo comércio justo. No trabalho de Maldonado (2009) o turismo comunitário não se apresenta como panacéia, mas como fonte de emprego e de renda extra para as comunidades locais, tendo seu patrimônio natural e cultural valorizado por eles e pelos viajantes. Neste contexto, o turismo de base comunitária se apresenta como ferramenta de desenvolvimento local, ou seja:

O turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2009, p. 31).

Destaca-se para as práticas de cooperação onde se deve atentar que essa atividade carece de fatores a fim de trazer benefícios a um conjunto de pessoas, diferente ao turismo convencional, o qual é marcado pelo individualismo. Coriolano (2009) evidencia que o TBC parte da premissa de associação, essa conexão que busca através do arranjo produtivo local a forma de organizar para se criar tal atividade, no qual é composto pelo visitante e visitado, onde essa interação acontece de forma recíproca, adquirido por meio da relação, ao qual tem por objetivo a preservação de suas terras, seus saberes e suas histórias.

O TBC vem em resposta às formas convencionais do turismo, tendo como formato a troca de experiências e o envolvimento participativo na elaboração dessa atividade. A comunidade precisa ter uma relação de confiança entre os atores locais, para que consequentemente sejam desenvolvidas estratégias para o desenvolvimento do turismo.

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (Irving, 2009, 110).

O capital social remete ao nível de cooperação existente na comunidade, o qual permite o exercício de um conjunto de responsabilidades que cada um deverá ter e o estabelecimento de igualdades, fatores que estão inter-relacionados a confiança e a reciprocidade na comunidade. O que na visão de Putnam (1996), está associado a valores compartilhados como a cultura, tradições, saber, redes de interação, baseados na confiança entre os indivíduos participantes de determinada comunidade, em uma perspectiva de horizontalidade de poder. Os estudos de Putnam (1996) abordam o conceito de capital social a partir da experiência da Itália moderna, o qual consta o forte contraste no desempenho institucional e cívico entre o Norte e o Sul do país.

Destarte, o turismo como promotor de desenvolvimento regional, implica-se pensá-lo como uma escolha das comunidades, visto como uma oportunidade de melhoramento de vida, desenvolvendo uma política de turismo que se integre a uma política de desenvolvimento ampla, objetivando a inclusão social, afirmação da identidade cultural e da cidadania. O TBC visa, sobretudo, a integração do espaço com a comunidade de forma em que ambos possam desenvolver-se e desfrutar das melhorias que a atividade turística irá proporcionar produzindo desta forma um turismo com menores fatores negativos e maiores positivos. (Meguis, no prelo)

O desenvolvimento do TBC depende, portanto, da forma como a comunidade se relaciona, se há o desenvolvimento dessa rede solidária/ Endógeno/capital social ou não, respostas que implicarão diretamente no seu desenvolvimento. A comunidade precisa ter uma relação de confiança entre os atores locais, para que conseqüentemente sejam desenvolvidas estratégias para o desenvolvimento do turismo. A principal estratégia do Turismo de Base Comunitária segundo o Ministério de Turismo (2010, p.16) “é associar-se a instituições locais para apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiam prioritariamente as comunidades visitadas, por meio da geração de renda e da participação direta da população local”. Deste modo, são as comunidades que se organizam em um trabalho mútuo para a geração do desenvolvimento social e econômico, e que por conseqüente o turismo se põe como um dos mecanismos de viabilização desse processo.

Nesse aspecto o TBC vem se intensificado e se definindo como um processo de mudanças no papel de turismo em comunidades promovendo diversos benefícios, que vão desde a valorização das culturas locais à intensificação de redes solidárias. Percebe-se que há, antes de qualquer relação com outras instituições, a prioridade dos interesses dos atores sociais para o desenvolvimento do turismo, ou seja, essa rede de cooperação cria condições de negociação interna e externa e impossibilita qualquer interferência no processo decisório da comunidade. Assim são comunidades “Que se organizam para entrar no mercado de turismo, para oferecer serviços turísticos, para recuperar o patrimônio histórico, enfim para gerar emprego e renda na comunidade.” (Coriolano, 2003, p. 25).

Segundo Sansolo (2009) o turismo de base comunitária vem se tornado opção de desenvolvimento para várias localidades, deve-se atentar para que essas atividades não se torne atração em grande escala, posto que o foco principal do TBC é torna-se opção de renda extra, não afetando as outras atividades comum da comunidade.

Considerando a participação como elemento de grande importância no processo desenvolvimentista do TBC. Mattos (2009) contribui que o envolvimento comunitário caracteriza-se como alicerce das relações horizontais e no empoderamento das localidades na continuidade desse desenvolvimento local.

Portanto, os atores locais devem ser inseridos no processo de planejamento, execução e gerenciamento da atividade, visto que, no TBC a forma de organização deve esta centrada na comunidade, já que os recursos como natureza, cultura e modos de vida estão vinculados a população local (Macedo et al, 2011). Portanto, o turismo de base comunitária deve ser realizado de maneira associada com a localidade e necessita haver participação entre todos os atores sociais.

5. REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado é compreendido pelos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, que estabelecem um vínculo com a sociedade civil por meio suas intervenções políticas. São artificios que buscam envolver o cidadão como partícipe importante do poder público e visam garanti-los a satisfação plena dos seus direitos, de modo que os possibilitem alcançar melhor qualidade de vida. No dizer de Gastal e Moesh (2007, p. 40) as políticas públicas se caracterizam pela “democratização – e pela organização da sociedade para a determinação e distribuição desses bens – democratização da gestão”.

Conforme aponta Azevedo e Anastasia (2002) as eleições são instrumentos importantes que ampliam a participação popular, porém não são suficientes para que haja o controle dos governantes por seus governados. Envolvem deste modo, questões que implicam nas formas de interlocução do Estado com grupos, associações e outros arranjos institucionais que representam o interesse dos atores.

É sabido, no entanto, que o processo de democratização dos bens públicos não se dar apenas para satisfazer os grupos sociais de maiores carências que, historicamente são afastados das políticas públicas por diversos motivos – econômicos, sociais, culturais e entre outros. Boneti (2006, p. 53) sinaliza que nas políticas públicas:

Às vezes “cria-se” uma carência falsa para atender interesses particulares, de grupos econômicos, de categorias profissionais, etc., no intuito de buscar a sua cumplicidade para a sustentação do sistema e/ou do grupo governante.

Neste caso, é importante ressaltar os diferentes interesses que se articulam com as políticas públicas locais e dificultam o processo de democratização plena. As políticas públicas abrangem diversas finalidades e interesses que podem somente manter grupos dominante no poder, beneficiar o setor público ou atender demandas internacionais (Boneti, 2006).

De modo geral entende-se por políticas públicas:

[...] o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (Boneti, 2006, p. 74).

Assim, política pública nada mais é que o gerenciamento de diferentes interesses transformados em instrumentos legais que objetiva distribuir, de forma equitativa, para os bens e serviços públicos, de tal modo que se efetivem os direitos previstos na constituição federal. Tais direitos desdobram-se desde o acesso a saúde, educação e segurança até o lazer, sem que haja distinção de cor, raça ou classe social. Todavia, o poder público, o setor privado e a sociedade civil devem compartilhar o processo de implementação das políticas públicas, onde ao setor público cabe a responsabilidade de convencer e fomentar a formulação de políticas públicas, e à iniciativa privada e sociedade civil devem participar ativamente do processo, defendendo seus interesses no “jogo do poder da tomada de decisões” (Nascimento & Simonian, 2014, p. 624) Para Schneider (2005) os atores sociais, neste processo, são vistos como um importante elo da política pública, pois estabelecem duas funções: a de “sensor” que identificam a eficácia das políticas e a de “ator” do processo, uma vez que são capazes agir de forma inigualável, na condução e implementação das políticas. Neste aspecto, as redes de políticas públicas é composta por diferentes atores, que podem ser oficiais ou não e estão interligados com o propósito de formular e conduzir as políticas públicas. De acordo com Wanderley Filha et al (2013, p. 31), o poder público deve desenvolver o sistema político, criando meios legais e políticas públicas que cumpram sua função de “dar respostas às demandas procedentes do ambiente social”.

Para Fleury (2002) a multiplicidade de atores sociais envolvidos no processo político

decisório, seja na formulação, execução ou controle de ações públicas, sinaliza para o florescimento de uma sociedade policêntrica, que privilegia a diversidade e o diálogo. Isso implica na produção de confiança, facilitando assim maior comunicação, negociação e a construção de acordos que contemple diversos interesses. Significa assim, que todos direta ou indiretamente participam do controle público e ninguém é excluído por não pertencer a um determinado grupo social.

Organizações públicas são, nesse sentido potencialmente controladas, por todos (pressupondo-se evidentemente uma estrutura democrática), e da mesma forma sua produção é também potencialmente direcionada a todos os membros da sociedade (Schneider, 2005, p. 41)

Nesse aspecto, as políticas públicas devem direcionar suas ações e projetos para os diferentes eixos da estrutura política e econômica do país além de, “consolidar a participação do cidadão, a partir de uma concepção global de interesses da sociedade” (Farias, 2014, p. 186). Destaca-se, portanto que o Estado, define seus objetivos, formula e programa sua política pública interferindo diretamente “[...] na realidade social visando mudar a qualidade de vida da população de uma situação problemática para uma futura melhor Beni, (2006 como citado em Nascimento, 2009, p. 41)”.

Hall (2001) enfatiza que o planejamento [...] é um tipo de tomada de decisões e elaboração políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionado ou não com decisões individuais. (HALL, 2001, p. 24). Em vista disso, Dias (2003) afirma que se deve analisar o espaço físico, período de duração e extensão do plano. Estes, se projetados corretamente, serão responsáveis pelo bom desenvolvimento das políticas públicas.

Pode-se entender que o planejamento é:

uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisão de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades [...] (Ruschmann, 2010, p. 81).

O processo racional da elaboração do planejamento permite que ele se organize por meio de operações interligadas que se desdobram em fases metodológicas. Pensar corroborado por Hall (2001) ao afirmar que o planejamento “é um processo de pensamento humano e ação baseada nesse pensamento – presente, passado, futuro [...]” que se afirmam na tomada de decisão.

Sabendo disso, Healey (1997 citado em Hall, 2001, p. 25) reconheceu os seguintes tipos de planejamento:

- planejamento econômico, que visa a administrar as forças produtivas de um país ou região;
- gerenciamento do desenvolvimento físico das cidades e regiões;
- o gerenciamento da administração pública e da análise política que visa a gerenciar a eficiência e eficácia dos órgãos públicos.

Healey identifica os diferentes aspectos do planejamento que motivam a criação de políticas públicas. São muitos os fatores que levam a criação destes, dentre eles estão àqueles referentes ao desenvolvimento do turismo. Conforme Beni (1998, p. 99) política de turismo “é um conjunto de fatores condicionantes [...] que expressão os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país”.

Cronologicamente, o marco das ações públicas de desenvolvimento turístico no Brasil se dá com a criação Do Instituto Brasileiro de Turismo [EMBRATUR] em (1966), que desde então grandes projetos de intervenção para o turismo vão tomando forma, e os planos nacionais de turismo também começam a ser idealizados e implementados. Diferentes contextos impulsionaram as políticas de turismo para questões que demandavam maior sensibilidade no seu planejamento. Essa evolução política tornava-se cada vez maior por se tratar de uma atividade complexa e multidisciplinar. Tomando conhecimento da sua complexidade, os agentes políticos, ao elaborá-la tiveram uma redobrada atenção na interferência do turismo no meio ambiente e no meio social.

Recentemente as políticas de turismo passaram por grandes mudanças na sua estruturação. A afirmação das medidas de descentralização e a importante contribuição dos atores locais começaram a ser discutidas em âmbito nacional para o desenvolvimento responsável do turismo. A ampliação do conceito de democracia e cidadania e entre outros fatores de fundamental importância para a participação social nas políticas públicas começava a ser consideradas nas decisões do Estado no que se refere ao desenvolvimento do turismo no Brasil.

O turismo como qualquer outro setor econômico, apresenta problemas que são resultados das imperfeições e fracassos do mercado e do poder público, assim como problemas de análise, monitoramento, coordenação, elaboração e principalmente de implementação de políticas públicas que se associem com os outros setores fundamentais para a prática do turismo.

Soluções viáveis são cada vez mais ressaltadas, quando o discurso está voltado para a atividade turística, entre elas, existe a abordagem integrativa que é citada por Hall (2001, pp. 59-60) como uma forma de gerenciar e planejar o turismo em todos os níveis, de acordo com

o autor essa abordagem será necessária “[...] para distribuir os benefícios e custos do desenvolvimento turístico de forma mais justa” bem como o, “[...] enfoque na melhoria de relacionamento e compreensão entre as partes interessadas também pode ser vantajoso para se chegar a um acordo sobre rumos e metas do planejamento”.

Sabe-se que tal discussão impõe uma dialética contínua entre a gestão turística do local e as políticas públicas. A Organização Mundial de Turismo (WTO, 2001, art. 3, tradução nossa) descreve que “atividade turística deve ser planejado de tal modo que permita produtos culturais tradicionais, artesanato e folclore para sobreviver e prosperar, em vez de causar-lhes degradação”. Esse discurso muito se relaciona ao desenvolvimento sustentável do turismo, cujo planejamento e gestão devem estar articulados aos interesses coletivos - participativo, para que haja a representação dos diferentes interesses no planejamento da atividade. É uma estratégia recente, que tem proporcionado uma ampla discussão em torno ao seu desenvolvimento. Indaga-se sobre a possível coexistência de diferentes interesses - políticos, empresas privadas, sociais e ambientais- nessa atividade, o que torna o planejamento imprescindível para a tomada de decisões.

O discurso se volta para as iniciativas que visam em seu planejamento retorno e soluções de pequeno prazo, ações estas que partem do governo e de iniciativas privadas que em sua maioria causam consequências negativas, tornando frequente a mínima compreensão dos efeitos de longo prazo do turismo no que se refere ao ambiente físico e sociocultural do relacionamento direto da atividade com os outros setores da sociedade.

Sendo assim, é conseqüentemente imprescindível que iniciativa privada e o governo busquem soluções conforme o planejamento e a necessidade das ações, que na maior parte devem ser planejadas em longo prazo, usando em todos os níveis “[...] sua influência para estimular uma melhor coordenação de questões de planejamento por meio de estruturas e processos que permitam aos investidores se comunicar e criar parcerias e relacionamentos efetivos” (Hall, 2001, p.60).

É reconhecido que o planejamento visa orientar o futuro, a partir do processo permanente e metódico de elaboração de sua abrangência, partindo do pressuposto que há diferentes alternativas para sua consolidação. Matus (1989) utiliza alguns argumentos sobre a necessidade de planejar, dentre os quais, a maioria cita o passado (adquirir conhecimento com erros antigos), o presente (avaliação da situação atual) e o futuro (utilizar o passado com o conhecimento presente para prever as ações futuras). O autor diz ainda que o planejamento deve ser uma combinação entre o que ele chama de “calculo previsivo” (futuro) e “calculo realista” (presente).

O planejamento é um tema bastante controverso quando se considera o modo como ele é realizado. Para Matus, (1989), muitos dizem que o planejar é democrático, enquanto outros afirmam ser um meio autoritário. De certo, como o autor aborda, esta ação “como tecnologia de governo, permite ser mais eficiente para resolver democraticamente problemas, assim como, também, para controlar os indivíduos e perpetuar-se no poder.” A elaboração do planejamento com o objetivo de desenvolvimento deve ser muito bem avaliado no sentido de qual o “desenvolvimento” se quer alcançar.

Ao se considerar o pensamento de Matus (1989) acerca do modo como o planejamento é realizado, muito se tem a discutir acerca dos tipos de processos de elaboração e implementação. Contudo, é importante compreender a metodologia de um planejamento como um processo metodológico, que requer necessariamente de algumas etapas. É claro que por vezes, não é possível não causar prejuízos ao local/ à comunidade. Mas com um processo de planejamento eficaz e eficiente é capaz de, senão extinguir, pelo menos minimizar os danos causados. Ao elaborar um planejamento, deve-se ter um diagnóstico da situação atual, um envolvimento da comunidade e buscar um consenso de interesses e ações entre moradores, equipe técnica e poder público (Molina & Rodriguez 2001).

Como assevera Petrocchi (2001) o planejamento é um processo cíclico e prático, que exige um enfoque sistêmico. O autor diz que é a partir de uma informação que as decisões são elaboradas e propostas, e então é criado o documento para que posteriormente as ações sejam executadas. E no decorrer desse processo, conforme chegam informações acerca das ações realizadas, o plano (documento) pode ser reelaborado.

No Plano Nacional de Turismo (PNT, 2003-2007), são discutidos: a gestão participativa e suas diretrizes, onde são propostas a gestão e parceria descentralizada; a inovação no modo como acontece a atividade e seu conteúdo (em especial o relacionado aos arranjos produtivos); e o turismo como vetor de constituição de cidadania e integração social, considerando a democratização de benefícios e oportunidades, sempre com responsabilidade e participação. Como afirmam Wanderley Filha et al (2013, p. 32)

A capacidade de os indivíduos e grupos participarem no sistema de planejamento turístico se configura como condição *sine qua non* na tomada de decisões e elaboração de políticas públicas. Tais decisões são interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não seriam decisões individuais. O fato é que a participação não é somente o resultado de valores culturais ou democráticos, mas também produto das estruturas do governo público e do grau em que essas estruturas são verdadeiramente abertas à participação e ao debate.

O TBC surge de encontro aos anseios capitalistas justamente pela potencialidade de apresentar ao mundo sua cultura, aliado a conservação ambiental. (Bartholo, 2011). Nesse sentido, a participação tem papel fundamental no processo de implantação e manutenção da atividade turística em uma comunidade. Acerca da participação, Bordenave (1994) fala que é um processo que permite que a própria sociedade/comunidade se aproprie e organize seu desenvolvimento, já que os envolvidos (no caso, os comunitários) sentem-se (e na verdade são) os proprietários e responsáveis pelo êxito/fracasso do processo.

Para auxiliar as comunidades inseridas nesse processo de TBC, o Ministério do Turismo [MTur] tem demandado uma articulação entre o poder público, as universidades e o iniciativas locais (Silva et al, 2009). Mas um importante passo para a política pública focada na estruturação e fortalecimento de TBC no país foi o lançamento de um edital de apoio em 2008, que estabelecia uma estratégia para a divulgação de projetos de gestão descentralizada. Em 2009, conforme citam Bursztyn e Bartholo (2012) surgiram os primeiros resultados, e dentre os quais foi elaborado um projeto para o fortalecimento de ações para o TBC no que tange a inserção no mercado que em parceria com o Instituto Casa Brasil de Cultura originou duas ações principais:

[...] a concepção e realização da Mostra de Turismo de Base Comunitária em três dos principais eventos nacionais de turismo: IV Salão de Turismo – Roteiros do Brasil (julho de 2009, SP), Adventure Sports Fair (setembro de 2009, SP) e Festival de Turismo de Gramado (novembro de 2009, RS); e • a elaboração de material informativo e promocional da ação do MTur e dos projetos apoiados por meio de folder, catálogo e vídeos. (Bursztyn & Bartholo, 2012, p. 102)

Ainda que as ações realizadas pelo MTur tenham sido consideradas positivas, Bursztyn e Bartholo (2012) enfatizam que não foi possível quantificar essa eficácia quanto a sensibilização da sociedade ou quanto ao crescimento no fluxo de visitas à áreas de TBC . Contudo, os autores afirmam que o resultado mais importante até o momento foi o reconhecimento dessa iniciativa dentro do próprio Ministério: “O Programa de TBC passou a ser conhecido pelas diferentes secretarias, departamentos e coordenações, proporcionando uma maior integração dos projetos apoiados com os demais programas já consolidados na estrutura do MTur.” (Bursztyn & Bartholo, 2012, p. 102).

Portanto, as políticas públicas exercem grande influencia na realidade da sociedade. No que tange o TBC, ainda que as ações sejam tímidas, já existem discussões sobre o tema, e inclusive o apoio do Mtur. O contato entre poder público, técnicos e comunidade em prol de um plano deve ser realizado a partir de uma articulação entre esses atores. Assim, o primeiro passo para um planejamento, é que haja essa discussão, que deve estar centrada na

comunidade com o apoio do poder público, já que a execução e a organização da atividade vem do interesse dos próprios comunitários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação de um modelo formatado de desenvolvimento, proporcionou algumas consequências negativas nos países que caminhavam em busca do mesmo, percebendo assim, que este paradigma não estava de acordo com a especificidade local, o debate voltou-se para soluções sustentáveis, no qual, a localidade seria protagonista desse novo modelo, dependendo diretamente da força de vontade dos agentes que estão a frente nas tomadas de decisões, com o objetivo de mobilizar a comunidade local através das potencialidades da mesma.

Diante deste debate, entende-se a relevância da participação social para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Acredita-se que a construção do capital social/ desenvolvimento endógeno/rede solidária são instrumentos capazes de mobilizar a comunidade na busca de um desenvolvimento justo e coerente do turismo. Instrumentos estes que realçam e valorizam a cultura local, bem como respeitam o meio ambiente e ao mesmo tempo, surge como alternativa para o fortalecimento das comunidades através de articulações internas e externas.

Percebe-se que uma indústria turística que se desenvolva sustentavelmente, requer em seu planejamento um comportamento arraigado aos princípios de desenvolvimento sustentável, que surja das partes envolvidas no processo, através desse comprometimento total aos preceitos da sustentabilidade pode-se perceber uma integração de longo prazo de metas sociais, ambientais e econômicas, os problemas poderão ser avaliados como mínimos e podem surgir na medida em que as dimensões e escalas da política e do planejamento turístico avancem.

Essa participação da comunidade não deve se restringir a execução de ações, mas sim desde a elaboração dos planejamentos, de modo que os próprios agentes locais devem dar prosseguimento nas ações inicialmente programadas. Nesse processo, o capital social se faz fundamental: é importante que a comunidade tenha um bom relacionamento entre si, baseado em confiança, para que a atividade desenvolvida tenha êxito.

Assim, de acordo com a pesquisa, o desenvolvimento do turismo local vem se definindo como um processo gerador de mudanças no papel do turismo nas comunidades, com ações que partem de mobilizações de dentro para fora, fazendo com que o TBC dependa

da participação ativa da comunidade para a sua existência. Esse novo paradigma do turismo pode apresentar-se como importante gerador de divisas capaz de produzir oportunidades de trabalho e renda com o intuito de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais nas mais diversas localidades do país, também como para estruturação e ordenamento da atividade turística, baseando-se nos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural. É evidente que o turismo não deve ser restringido apenas ao TBC, deve-se enfatizar que o mesmo é considerado como um modelo pautado nos direcionamentos de sustentabilidade, integração socioeconômica, valorização cultural, participação e confiança.

Apesar de o debate estar voltado a essa nova forma de se pensar o turismo, muito ainda precisa ser discutido sobre o assunto, propostas e exemplos positivos devem ser analisados com o objetivo de contribuir para debates futuros. Fazer uma discussão teórica ainda é mínima e pensar o turismo nesse contexto tem sido tarefa de diversas áreas do conhecimento, o que pode ser considerado um ponto negativo, pois muitas vezes estão limitados principalmente na forma de estruturar o conhecimento. Portanto, é nesse sentido que se identifica a dificuldade com relação ao avanço de uma discussão ampla e profunda já que o turismo é multidimensional e bastante complexo, sendo assim, é possível identificar a importância desse estudo para a construção de novos debates em torno do assunto.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, S., Anastasia, F. (2002) Governança, “Accountability” e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. *Revista de Economia Política*, 22(1)
- Barreto. M. (Org) (2006). *Turismo, cultura e sociedade*. Caxias do Sul, RS: Educs, . (Coleção Turismo).
- Bartholo, R.(2011) Sobre o sentido da Proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária in bartholo, r, sansolo, d & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.
- Beni, M. C. (1998) *Análise estrutural do turismo*. São Paulo, Senac.
- Boneti, L. W. (2006). *Políticas públicas por dentro*. Ijuí, RS: Unijuí.
- Bordenave, J. (1994). *O que é participação*. (8a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. A. (2007). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

- Brasil. Ministério do Turismo. (2003). *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas (2003-2007)*. Brasília: Ministério do Turismo
- Brasil. Ministério do Turismo. (2010). *Turismo cultural: orientações básicas*. (3a ed.) Brasília: Ministério do Turismo.
- Brundtland, G. H. (Org.) (1987) *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV
- Bursztyn, I. & Bartholo, R., (2012). *O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas*. *Sustentabilidade em Debate*, 3(1) 97-116, jan./jun.
- Cellard, A. *A análise documental*. In: POUPART, Jean et. al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. (2a ed.), Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- Coriolano, L. N. (2003). *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Ceará: Premius
- Coriolano, L. N. (2009). Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário. In *Anais de Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais*. Brasília.
- Cunha, J. M. A.; Mélo, I. C.; Perinotto, A. R. C. (2014). O turismo de base comunitária no desenvolvimento socioeconômico da comunidade pedra do sal, em Parnaíba–Piauí. *Revista Turismo: estudos e práticas*, 3,(1).
- Cruz, R. de C. A. da. (2009). Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. Para pensar a realidade brasileira. In Bartholo, R; Sansolo, D & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem
- Deslande, S. F., Gomes, R., Minayo, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (32a ed.), Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- Dias, R. (2003). *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Escobar, A.(2005). *Más allá del tercer mundo. Globalización y diferencia*. Bogotá: ICANH.
- Farias, K. S. S. (2014). Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. *Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal*, 2 (2), 183-205, jul./dez
- Figueiredo. S. L. et. al (2013).. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. (pp. 11-27). In: AZEVEDO, F. F. et. al. (ORG). *Turismo em foco*, Belém: NAEA.
- Figueiredo. S. L. (1999). *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFGPA.
- Fleury, S. M. F. (2002, outubro) O desafio da gestão das redes de políticas. In *Anais do Congresso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública*, Anais. Lisboa, 8-11, oct.

- Frei, F. et al.(1989) Cálculo e implementação do índice de desenvolvimento da gestão municipal (IDGM) no município de Itabaiana/SE. In *IPEA 2010. Planejamento e Política públicas* 1(1), Jun.
- Furtado. C. (2004). Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política* (24).483- 486.
- Gastal, S.& MOESCH, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph (Coleção ABC do turismo).
- Hall, C. M. (2001) *Planejamento Turístico. Políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Healey, P. (1997). *Collaborative planning: shaping places in fragmented societies*. London: Macmill
- Irving, M de A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. Inovar é possível. In BARTHOLO, R; SANSOLO, D & BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.
- Jean, P. Jean-pierre, D. Lioel-h.G. Anne. L. Robert. M & Álvaro. P. (2008). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* / tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Macedo, R. F.; Medeiros, V. C. F. A.; Azevedo, F. F. & Alves, M. L. B. (2011). Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. 9 (2) 437-448.
- Maldonado, C. , (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In Bartholo, R.; Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Mattos, F. F.& Irving, M. de A. (2005). Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social: O caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI). *Caderno Virtual de Turismo*.
- Mattos, F. F. (2009). Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades. In Bartholo, R.; Sansolo, D. G.& Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem
- Matus, C. (1989) *O planejamento é democrático? Adeus Senhor Presidente*. (pp.154-160). Recife: Editora Litteris.
- Meguis, T. R. B. (no prelo). Turismo de Base comunitária: uma análise sobre a Ilha de Cotijuba-Belém-PA. *Anais do Encontro Nacional de Turismo de Base Local*, Juiz de Fora, MG, Brasil.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (org) (2012). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (6a ed.). Petrópolis.

Molina, S & Rodrigues, S. (2001). *Planejamento integral do Turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru, SP: Edusc

Nascimento, V. L. Q. (2009). *Políticas Públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Poló Belém/Costa Atlântica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém.

Nascimento, V. L. Q. & Simonian, L. T.L (2014). *A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA)*. *Revista Brasileira de Acoturismo*,7, 618-645

Organização Mundial de Turismo. (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca

Perez, B & Carrillo, E. (2000). *Desarrollo local: Manual de uso*. Madrid. Esic.

Petrocchi, M (2001). *Gestão de Pólos Turísticos*. São Paulo: Futura.

Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália*. Moderna. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Putnam, R. D. (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora da FGV

Ruschmann, D. V. M. (2010). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. (16a ed.). Campinas, SP: Papirus, (Coleção Turismo).

Sachs. I.(2008) *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond

Sansolo, D. (2009). Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In Bartholo, R; Bursztyn, I; Sansolo, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem.

Santos, Milton. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Editora Record.

Schneider, V. (2005) Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Revista Civitas*, Porto Alegre, 5 (1), 29-58. jan./jun

Silva, K. T. P., RAMIRO, R. C. & TEIXEIRA, B. S. (2009). Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo In Bartholo, R. S., Sansolo, D. G. e Buszrtyn, In *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Wanderley-Filha, Azevedo, F. F, Nóbrega, W. R. M & Albuquerque, J. C. (2013). Planejamento e Políticas Públicas do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil. In *Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação*. São Paulo, Brasil, 6, (4).